

O COOPERATIVISMO POPULAR COMO EXPRESSÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DESAFIOS

Emerson Dias de Oliveira¹

RESUMO

A forma mais difundida e conhecida de expressão da economia solidária ocorre através das cooperativas populares originárias em sua maioria de trabalhadores marginalizados economicamente do meio social, cujo capital é quase sempre apenas a disposição e dedicação para o trabalho. Assim, o intento central deste estudo é verificar a relação conceitual que existe no cooperativismo popular, tornando-o como uma das principais ideologias de expressão da economia solidária, buscando uma discussão contemporânea sobre alguns importantes desafios que o assunto tem enfrentado atualmente, principalmente na questão teórica que as pseudo-cooperativas representam na sociedade, haja vista, a presença de algumas confusões de princípios, entendimentos e generalizações que o cooperativismo possui, pois a instituição cooperativa popular representa um distinto modelo organizacional de empreendimento socioeconômico e autogestionário, que vem ganhando espaço à medida que cresce o desemprego e diminuem as garantias sociais, sendo visto como uma maneira de buscar autonomia e de estabelecer outros tipos de interação homem-trabalho, homem-ambiente homem-homem.

Palavras Chaves: Economia Solidária. Trabalho. Cooperativismo Popular.

¹ Graduado em Gestão de Cooperativas e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), atuando na área da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular.

THE COOPERATIVISM POPULAR HOW EXPRESSION DA ECONOMICS SOLIDÁRIA: CONCEPTS E CHALLENGES

ABSTRACT

The shape more widespread and known of expression of solidary economy occurs through the cooperatives popular originating in its majority of workers marginalized economically the middle social, whose capital is almost always only the provision and dedication for work. Thus, the intent center of this study is verify the relationship conceptual that exists in popular cooperativism, making it as one of main ideologies of expression of solidary economy, seeking a discussion contemporary about some important challenges that matter has faced currently, mainly on the issue theoretical that the pseudo-cooperatives represent in society, there view, the presence of some confusions of principles, understandings and generalizations that the cooperativism owns because the institution popular cooperative represents a distinguished organizational model of venture socioeconomic and self-managing, that comes gained space à measure that grows unemployment and diminish social guarantees, being seen as a way seek for autonomy and of establishing other types of interaction man-work, man-environment man-man.

Keywords: Economics Solidária. Work. Cooperativism Popular.

1 INTRODUÇÃO

O debate ideológico sobre os conceitos e práticas da economia solidária é extremamente complexo e atual, recebendo um enfoque e interesse por diversos setores da comunidade. Ela ainda está em um amplo processo de construção e consolidação, haja vista que existem inúmeras controvérsias e indagações sobre o seu uso e definição.

Após a virada do milênio, as iniciativas populares da economia solidária no Brasil, finalmente, passaram a receber um melhor enfoque de determinados atores políticos em prol de suas necessidades sociais, uma conquista resultante de cerca de duas décadas de efetivo empenho por parte da iniciativa popular, dos movimentos sociais, Igreja Católica, Organizações Não Governamentais (ONG's) e, por último, da academia, que também se inseriu nesse contexto até a consolidação do debate do assunto na sociedade.

Apesar das constantes críticas que o Estado tem recebido em virtude de sua histórica ação contrária à possibilidade de organizações autônomas emergirem em comunidades de baixa renda, ação essa de cunho conservador, calcada e focada na manutenção do poder das elites políticas e econômicas, como ocorreu durante o período ditatorial, percebe-se, na atualidade, que existem algumas iniciativas de intervenção governamental em prol desses empreendimentos, como pode ser observado nas iniciativas de cooperativas populares².

A singularidade para a compreensão da economia solidária é definida pelo sociólogo Paul Singer com a análise de uma “outra economia” que nasce das contradições apresentadas pela economia tradicional, uma “nova economia”, que expressa de maneira concreta à inteligência coletiva dos trabalhadores. A economia solidária se expressa no meio social por meio dos empreendimentos econômicos solidários, sendo que a cooperativa popular (autêntica³) é um dos mais comuns.

Essa realidade vem ocorrendo de maneira quase que paralela e similar em todo o mundo, embora ainda se apresente como um conceito em construção e a ser consolidado. Conforme Singer (2003a, p. 116), a economia solidária é um conceito amplamente utilizado em diversas partes do mundo, “com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas”.

² Organizações autogestionárias de grupos populares, onde a propriedade dos meios de produção é coletiva, integrando três dimensões: econômica, social e política (CANÇADO, 2004).

³ Ressaltamos o adjetivo “autêntico” porque hoje há cooperativas que nada têm de economia solidária. São as chamadas por Paul Singer de cooperativas “degeneradas”, aquelas que se pautam por princípios e práticas típicas capitalistas.

A economia solidária e o cooperativismo popular não possuem ainda um conceito ou noção consolidado. Essa realidade deve-se a incidência de infinitas particularidades locais em cada situação distinta de aplicação e construção de um empreendimento econômico solidário, ou seja, é praticamente impossível criar um modelo harmônico com características pré-fixadas para serem aplicadas em todas estas iniciativas. Entretanto, existem algumas ferramentas comuns e aplicáveis de maneira geral aos mesmos que devem ser consideradas para a definição e reconhecimento da atuação dessas instituições.

O presente estudo tem por objetivo a análise conceitual da economia solidária utilizada na atualidade, expressa, principalmente, pelas cooperativas populares, sendo que a apreensão ideológica dessa forma distinta e singular que as cooperativas podem se organizar, constitui-se no objeto do presente estudo através de uma aproximação conceitual representativa da economia solidária.

A importância do presente estudo ocorre pelo fato de existir na atualidade uma significativa procura pelo entendimento das práticas cooperativistas na contemporaneidade, sendo assim necessária à análise sobre entendimentos das diferentes faces de apresentação da instituição cooperativa, visando aproximações conceituais para a análise de práticas sociais, políticas e acadêmicas.

O presente artigo utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica⁴ e exploratória⁵ acerca da questão conceitual da economia solidária expressa no formato do cooperativismo popular. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram realizados com base em pesquisas bibliográficas, acessos a artigos elaborados para a *internet* e artigos de revistas especializadas, disponíveis ao público em geral, bem como estudo de caso. A escolha da temática, enquanto pesquisa bibliográfica justifica-se pelo objetivo principal de argumentação de conceitos e pela intenção de despertar uma discussão teórica sobre as diversas formas de manifestação de organizações com fins sociais.

Um dos fatores que se destacam como justificativa desta pesquisa é a natureza peculiar das sociedades cooperativas. A própria legislação brasileira, na Lei n. 5.764/71, normatizou o formato específico das cooperativas. Além disso, o novo Código Civil de 2002

⁴ Para Gil (2002, p. 87), a pesquisa bibliográfica “obtem os dados a partir de trabalhos publicados por outros autores, como livros, obras de referência, periódicos, teses e dissertações e a pesquisa de levantamento”. Além disso, segundo o mesmo autor, ela “analisa comportamento dos membros de uma população por meio da interrogação direta”.

⁵ As pesquisas exploratórias são “compreendidas como investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, (...) ou modificar e clarificar conceitos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188).

dedica um capítulo inteiro às sociedades cooperativas. Tal tratamento justifica-se na natureza específica das sociedades cooperativas.

Essa diferenciação conceitual do assunto também recebeu seu enfoque no meio legislativo, com a recente aprovação da Lei n. 12.690/2012 que, finalmente, impôs um marco regulatório para as cooperativas de trabalho, abrindo, talvez, um novo tempo para esse setor da economia solidária. Dessa feita, fica nítida uma verdadeira ascensão do autêntico cooperativismo com o estabelecimento de espaços democráticos nas condições de trabalho e renda para os trabalhadores em geral e para a maior integração daqueles menos favorecidos.

Sendo assim, com esta pesquisa, foi possível construir uma importante argumentação a respeito das faces do cooperativismo e as possíveis formas de classificação dessa atividade, sem pretender, entretanto, dar uma resposta definitiva a essa questão, mas sim, suscitar a discussão sobre o assunto.

2 HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Uma noção da economia solidária teve suas primeiras e principais noções dialogadas junto aos diversos movimentos sociais de alguns séculos atrás. Nesse período, a Europa fervilhava de ideia e movimentos sociais frente à dominação imposta pelos capitalistas, a exemplo do feudalismo derrubado, entre muitos outros fatores, no século XVI em virtude da opressão sofrida pelos trabalhadores.

Uma sociedade mais justa, solidária e sem desigualdades sociais era o lema dos chamados “socialista utópicos”, nomenclatura definida por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos, na qual ele próprio faz parte. Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário a aplicação prática de algumas ideias desses pensadores utópicos, que mais tarde iria originar no cooperativismo capitalista e seu desenvolvimento até o estágio atual.

Os socialistas utópicos são em sua maioria precursores do cooperativismo, uma importante ferramenta no combate as desigualdades sociais que se fazia presente naquele contexto. No século XVIII, Plockboy, John Bellers e Saint - Simon, no século seguinte, atuando na Inglaterra, Robert Owen, Willian King e na França, Charles Fourier, Michel Derrion, Phillipe Buchez e Louis Blanc, e mais tarde Kropotkin e Landauer que, juntamente com outros sucessores, aprofundaram e realizaram uma ampla síntese sobre a temática (SCHNEIDER, 2003).

Conforme Paul Singer (2001), o cooperativismo revolucionário, sistematizado com o owenismo, foi sem dúvida uma formalização da origem histórica da economia solidária, haja

Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 149-172, 2013
ISSN 2175-862X (on-line)

vista que acontecimentos e mudanças estruturais e ideológicas dessa alçada jamais se repetiram que tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo.

Em um processo de continuidade as ideias dos pesquisadores utópicos, aparecem os “socialistas científicistas”, representados, principalmente, por Karl Marx (1818 - 1883) e Friedrich Engels (1820 - 1895), que embora considerando a importância e aplicação histórica do legado ideológico do movimento utópico, faltava ainda uma ênfase mais significativa relacionada às lutas de classes, desconsiderando, evidentemente, a função autônoma e decisiva do proletariado emergente como protagonista das revoluções sociais. Sendo, que somente por meio da compreensão do capitalismo por parte da sociedade ele poderia ser superado e destruído (MELO, 2007).

Enfim, os postulados originados com o movimento utópico e retomado com os marxistas serviram de base para a consolidação da economia organizada de maneira mais social, democrática e solidária.

O exemplo mais bem sucedido e conhecido desse tipo de empreendimento no mundo foi uma cooperativa de consumo, criada em 1843 por 28 tecelões em Manchester na Inglaterra, Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, que estabeleceu uma carta de princípios que até hoje inspira o cooperativismo e sua legislação a nível mundial.

Tal realidade pode ser visível com a dialética estabelecida por Marx quando ele se pronuncia sobre o cooperativismo (séc. XIX), numa espécie de crítica construtiva:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio e socialistas. [...] Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. [...] Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária. (MARX, 1864b, p. 318-320 apud NOVAES, 2011).

Marx deixa claro que a economia política vigente precisava mudar e deixar de valorizar os capitalistas. Assim, com o surgimento do cooperativismo e do associativismo que

ao ser inserido dentro de um projeto mais amplo poderia transformar a sociedade, que naturalmente e necessariamente sofre mutações e revoluções em sua política.

Apesar de não estar em comum acordo com todas as ideias que alguns pesquisadores destinaram ao cooperativismo, os cientificistas Marx e Engels fizeram inferências às ideias cooperativistas no intento de direcioná-las para a construção de uma nova estrutura social em gestão, apoiando-se estrategicamente em uma maneira diferenciada de interpretar, administrar e construir o capitalismo vigente, visando à superação e principalmente suas distorções ideológicas.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O cenário atual desse novo tipo de “fazer a economia” no Brasil é foco de muitos estudos e pesquisas, além de receber distintas nomenclaturas conceituais. Entretanto, o conceito mais conhecido e divulgado é do pesquisador Paul Singer como “Economia Solidária”, que age em forma de uma economia empresarial de natureza associativa, criando atividades autônomas, com objetivos baseados na solidariedade e na democracia, dando primazia aos indivíduos e ao trabalho sobre o capital na distribuição dos benefícios.

Para Coraggio (1994), a economia solidária atua como um elemento integrante do tripé organizacional da economia contemporânea, surgindo como uma das pontas dessa realidade, sendo que os outros integrantes são representados basicamente pela economia empresarial mundial, que se volta essencialmente em maximizar seus lucros para acumular maior quantidade de capital e por último a economia pública, que tende a “combinar o modelo empresarial com um modelo político-burocrático de gestão” voltado para a reprodução do poder e manutenção do *status quo*.

Afinal, para o autor, esse assunto não está plenamente delimitado e definido através de um resultado pronto para ocorrer de maneira homogênea na prática, pois o seu conceito carrega algo de projeção e de desejo, ou seja, em cada realidade idealizara-se uma situação perfeita para a aplicação da economia solidária em consonância com as características e realidades dos seus agentes envolvidos.

Na Europa essa noção recebe a nomenclatura Economia Social e Solidária – ESS – e, assim, como em todos os outros lugares do mundo, contempla ainda uma multiplicidade de opiniões, onde a sua conceituação carece de aceitação e implementação generalizadas.

Esta temática possui esses desajustes conceituais em virtudes de suas fronteiras se encontram confusas e flexíveis, sendo constituída sobre uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração.

Vale lembrar que este setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores e que podem estar presentes em todas as fases do processo produtivo. Além do que, em cada país ou região, é tratada com terminologias diferentes que se deixam confundir facilmente. Ou seja, a expressão ESS não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como: setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, ONG, economia solidária, economia social e outras que embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades (MORAES, 2007, p. 4).

Um dos principais pensadores do assunto no Brasil, Paul Singer, coloca a economia solidária como um modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado, periodicamente, pelos marginalizados (ou que temem ficar) do mercado de trabalho. A economia solidária “alia o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios” (SINGER, 2003, p.13). Sendo que a economia solidária atua como um:

Modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e poupança/crédito que almeja completar as igualdades de direitos entre os que se engajam nestas atividades. Empreendimentos solidários são autogestionários, o que significa que neles todas as decisões são tomadas pelos membros ou por pessoas eleitas que os representam. A economia solidária é essencialmente associativa, ou seja, todos são sócios, sendo incompatível com relações assimétricas, como as que se desenvolvem entre patrões e empregados (SINGER, 2003, p.26).

Essa última noção remete as cooperativas populares que estão como o próprio nome sugere, no campo da economia solidária, visto que se equivale de forma conceitual com essa vertente. Assim, Singer entende a economia solidária como um conceito mais geral, que engloba um conjunto de empreendimentos solidários, do qual as cooperativas populares são apenas uma parte. (SINGER, 2002 p. 123).

No próprio governo federal é proposto como meta de governo um enfoque na economia solidária, que por meio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criado a

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES⁶) por meio do decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, representado principalmente pelo economista Paul Singer, entre outros, proporcionou importantes ferramentas para o setor: implementação de ações de formação, incubação, assistência técnica e assessoramento de trabalhadores em empreendimentos solidários. Para a Senaes (2012), a economia solidária:

É um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária sempre esteve presente no dia-a-dia das localidades brasileiras, ocorrendo quase sempre no formato de pequenas cooperativas e associações ao longo dos diversos períodos do país. O surgimento desta ideia de economia alternativa, representada principalmente pelo cooperativismo, aparece de maneira geral na América Latina com a chegada dos imigrantes Europeus e também com iniciativas do próprio Estado.

Conforme Pochmann (2010), após a década de 1970 foram registrados quatro significativos movimentos de inflexão desaceleradora no nível de produção na economia brasileira, com importantes impactos sobre o consumo, o investimento, o emprego e a renda, sendo que nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil conviveu com duas importantes e prolongadas recessões econômicas.

Essa realidade na economia nacional foi o principal impulsionador para o surgimento e propagação da economia solidária no Brasil afirma Paul Singer, provavelmente como resposta à grande crise de 1981/1983, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, ficaram em concordata e entraram em um processo falimentar em virtude da crise da dívida externa.

Todo este processo de precarização das condições trabalhistas contribuiu para a retomada dos conceitos e estudos da economia popular solidária, haja vista, que estava apagada pela atuação dos sindicatos então preocupados exclusivamente na ampliação de direitos dos assalariados.

⁶ A SENAES foi criada como um reconhecimento por parte do Estado brasileiro de um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho, que vem assolando o país desde os anos de 1980. É tida como defesa contra a exclusão social e como mecanismo de inserção socioeconômica, além de uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (SINGER, 2004).

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (SENAES, 2012).

Assim, em consequência da crise social das décadas de 1980 e 1990, período no qual o País se desindustrializou e experimentou o desemprego em massa, a economia solidária reviveu no Brasil, com a atuação da Caritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que após a década de 1980 passou a financiar milhares de pequenos projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), a que se destinavam a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do Brasil.

Enfim, a autonomia, reconhecimento e atuação dessa nova economia em ascensão no mundo todo exige uma efetiva participação de todos os seus envolvidos diretamente além da construção de uma estrutura social que realmente possibilite a atuação e inserção operacional da mesma, abarcando desde os aspectos legislativos, participação do setor privado e a contínua pesquisa acadêmica para o setor.

4 IDEOLOGIA COOPERATIVISTA

O cooperativismo, como é conhecido na atualidade, tem origem com as chamadas pré-cooperativas, que contribuíram para a construção e concepção da maioria dos então princípios cooperativistas eternizados posteriormente. De acordo com Souza (1990), no século XVIII as ideias cooperativistas já fervilhavam na Inglaterra, incentivando cada vez mais o braço operário na busca de seus ideais.

A realidade era de pura exploração dos operários por parte dos industriais, na qual os trabalhadores eram submetidos a precárias e insalubres situações de serviço, baseado nas violentas explorações trabalhistas e as altas remunerações do capital, acabou por se definirem

um campo fértil para os sentimentos e experiências socialistas, como a de Rochdale, baseadas nas ideias de Robert Owen⁷.

Enfim, o empreendimento “cooperativo” surgiu nesse contexto com o intuito de promover uma mudança estrutural, proporcionando melhores condições de trabalho aos proletários e bloqueando a ação dos intermediadores. Nesse cenário, “O cooperativismo europeu aparece, pois, como uma reação proletária ao liberalismo do capitalismo competitivo, como uma estratégia de sobrevivência, constituindo também um projeto político” (RIOS, 1987, p 21).

Conforme Schneider (1991), em 15 de agosto de 1844, em um dos distritos de Lancaster, em Rochdale, Inglaterra, foi oficialmente registrada como “Friendly Society” o armazém cooperativo dos Probos Pioneiros de Rochdale, após alugarem uma sala num prédio da Rua Toad - Lane (Beco do Sapo). Com o restante do dinheiro (28 libras) os pioneiros adquiriram pequenas quantidades de produtos (farinha, azeite, açúcar, entre outras mercadorias) e, em 21 de dezembro na presença de vizinhos dos 28 cooperados, foi inaugurado o armazém cooperativo (Figura 1) chamado e conhecido por “Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale” (Rochdale Society of Equitable Pioneers).



Figura 1: Fotografia da Sede da Cooperativa Pioneira de Rochdale

Fonte: Tenório Filho (1999)

⁷ Robert Owen (1772-1858) nasceu no País de Gales e provinha de uma família de artesãos. Após haver galgado os diferentes degraus em sua vida profissional, a partir do aprendizado, tornou-se coproprietário e diretor de importantes indústrias escocesas de fiação em New Lanark. Começou, pois, a pôr em prática, na própria indústria, as suas concepções sociais e econômicas. Em 1817 e 1822, foi a Londres para tentar convencer as autoridades inglesas, bem como as estrangeiras, da necessidade das reformas indispensáveis, segundo a sua opinião, no setor de produção. Foi à América do Norte onde fundou, sem êxito, a New Harmony, no Estado de Indiana. Retornou à Inglaterra e continuou até o fim de sua vida a lutar pelo triunfo dos seus ideais, fazendo-se conferencista, jornalista e escritor (MLADENATZ, 1944, p. 103).

Enfim, as iniciativas dos precursores do cooperativismo moderno no mundo ficaram muito aquém da mera criação de um instrumento para solução de problemas circunstanciais que estavam vivenciando. Eles almejavam e conquistaram um empreendimento democrático e autossuficiente, onde o que prevaleceu foi à ajuda mútua a igualdade social e a fraternidade, por intermédio da exposição de seus princípios em um estatuto geral para a cooperativa. Assim, estava criado um modelo singular de organização social e econômica visando o bem comum do grupo envolvido na cooperativa.

Logo, como ocorreu na Europa, o cooperativismo brasileiro também apresentou suas experiências primordiais. No caso do Brasil, a ideia de cooperação já era compartilhada com a ação dos jesuítas no século XVII na América, por meio da construção de uma espécie de estado cooperativo em bases integrais.

Conforme dados da OCB (2012), o cooperativismo brasileiro teve início por volta de 1847 através da iniciativa do médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, que em conjunto com um grupo de europeus fundou nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina (atual município Cândido de Abreu/PR), organizada em bases cooperativas. A colônia não era uma Cooperativa e, sim, uma organização comunitária que funcionava de acordo com os ideais cooperativistas.

Para Misi (2000), a realidade do surgimento e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil difere do que aconteceu na Europa, visto que foi promovido pelas elites agrárias, formado com um movimento imposto “de cima para baixo”, implantado como uma política de controle social e de intervenção estatal. A característica de cooperativismo desenvolvido no meio rural deu-se em virtude do país ter uma economia eminentemente agrária, mesmo após a industrialização do país, o que acentuou ainda mais o seu caráter conservador.

Segundo Parra (2002), o cooperativismo brasileiro ocorreu em virtude do fomento governamental, quando cita que nas décadas de 1960 e 1970 grandes cooperativas agropecuárias eram organizadas com forte apoio do Estado, como projeto de levar a modernização ao campo, direcionando essas políticas para os ciclos econômicos mais lucrativos em cada momento e região (leite, álcool, açúcar, beneficiamento de grãos, entre outros), em que eram quase sempre ocupadas pelas elites agrárias e com contornos patrimonialistas, que aprofundaria o processo de êxodo rural.

Essa intervenção estatal expansionista do cooperativismo agrário recebia assessoria de diversos órgãos do governo. Serra (2008) aponta a realidade de muitas cooperativas de cafeicultores que foram criadas na década de 1960 com a assessoria do Banco do Brasil e do Instituto Brasileiro do Café (IBC) nas zonas cafeeiras paranaenses. Conforme mudava os
Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 1, p. 149-172, 2013
ISSN 2175-862X (on-line)

ciclos econômicos, o governo também alternava os estímulos do setor, como ocorreu com o café que deixa de ser interessante para a balança comercial e também é prejudicado em meados dos anos 1970 quando fortes geadas atingem e destroem as lavouras regionais.

Todo esse conflito de interesses dentro do cooperativismo é reflexo de um diuturno processo de degeneração que ocorreu no setor nos últimos anos, perdendo seu caráter revolucionário em nome da sobrevivência na economia de mercado e, embora mantenha os mesmos princípios, não os opera integralmente.

5 COOPERATIVISMO CAPITALISTA VERSUS COOPERATIVISMO POPULAR

O cooperativismo é na realidade uma prática social que tem despertado o interesse de inúmeros elementos do meio social, como o meio acadêmico, político e financeiro. A regularização das normas e práticas do cooperativismo brasileiro, como se conhece no meio social (cooperativismo capitalista), estão definidas atualmente através da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que estabeleceu o regime jurídico das sociedades cooperativas, regulamentando sua estrutura, organização e funcionamento.

Entretanto, algumas contradições ideológicas são intrínsecas do cooperativismo, sendo que para Rech (2000) existem duas grandes posições que coexistem e que foram importantes para a constituição do caráter singular que esta temática apresenta. Os dois extremos são o ponto de vista capitalista e o ponto de vista socialista, onde o primeiro item sugere que as origens das cooperativas serviram para conquista de mercados e acumulação de capital, enquanto que o ponto de vista socialista, as cooperativas eram entendidas como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social.

Essa vertente teórica é também defendida por Menegário (2000, p.15), ao afirmar que a doutrina cooperativista “define-se como intermediária entre a doutrina liberalista, também chamada individualista, e a doutrina socialista, já que consegue realizar equitativa repartição dos ganhos, mantendo, ao mesmo tempo, a liberdade dos indivíduos”.

A atuação da cooperativa de maneira dualista é apontada por Boesche (2005) ao destacar a sociedade cooperativa pressuposta em duas entidades: uma “associação de pessoas” e outra no formato de uma “empresa comum”. No primeiro caso, a instituição visa ações focadas no fomento social do seu quadro social precisando ser democrática, participativa e equitativa. Como empresa comum, precisa ser focada ao mercado, comprometida com resultados, inovações tecnológicas e prestar o melhor serviço ao cooperado.

Conforme Bialoskorski (2002), apesar de considerar a variável econômica como um item secundário, o cooperativismo brasileiro está inserida em um ambiente econômico e deve investir em estratégias comerciais para serem competitivas, buscando atender prioritariamente aos interesses dos cooperados (donos e patrões da instituição cooperativa). Essa situação é focada principalmente em rentabilizar a atividade individual do cooperado, sendo que é também partilhada por Rech (2000, p.22):

A cooperativa é uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo de fato de a mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada e controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio de prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes.

Os apontamentos de Bialoskorski e Rech evidenciam um cooperativismo focado no crescimento econômico unitário e individualizado de um determinado grupo (cooperados) na cooperativa em detrimento da maioria (funcionários, romanticamente ou sarcasticamente chamados de colaboradores). Enfim, essa noção é baseada em parâmetros e exigências de seus principais órgãos de representação (ACI, OCB, OCE's, SESCOOP), onde o intento principal é a manutenção e a sobrevivência econômica do empreendimento cooperativista e que nem sempre o foco principal é o associado, pois o maior interessado será sempre o mercado (capital).

O que ocorre de verdade é a formação de pequenos grupos econômicos (cooperados) com enorme concentração de capital e de influência nas áreas de atuação de suas respectivas cooperativas, mais bem entendido com a definição estabelecida para "o cooperativismo é um tipo de organização que promove a aproximação e a interação dos agentes" (SILVA; LOURENÇO; SALANEK, 2006).

A própria ACI deixa de tratar de maneira direta em seus princípios a questão do trabalho assalariado e a distribuição dos excedentes, deixando margem para interpretações voltadas para o interesse financeiros das cooperativas, o que faz com que elas possam contratar mão-de-obra assalariada sem contrariá-los, reforçando os preceitos capitalistas, ou, usando a expressão marxista, expropriando a mais-valia.

Para Singer (2000), ocorreu uma literal adaptação ao capitalismo por parte das cooperativas, deixando de ser solidárias quando elas passaram a assalariar os seus

trabalhadores e administradores (cooperados) para que eles desenvolvessem seu trabalho na cooperativa.

Uma situação que é realidade na maioria das cooperativas brasileiras, especialmente perceptíveis nos complexos agroindustriais nacionais, onde esta noção empresarial é dominante em virtude do enorme quantitativo de pessoas assalariadas atuando nelas, uma sistemática, sem qualquer diferenciação, com os modelos aplicados no setor empresarial privado.

Um exemplo bem fácil de ser observado é o caso do Estado do Paraná, onde as cooperativas agropecuárias atuam de forma regionalizada, atendendo os produtores rurais de vários municípios por meio de suas unidades de recebimento de cereais e comercialização de insumos. A produção recebida é comercializada ou direcionada para a industrialização para a agregação de valor a fim de melhor rentabilizar o cooperado (OCEPAR, 2006). Nesse sentido, muitas cooperativas acabam se comportando como se fossem empresas privadas, esquecendo assim os princípios básicos do cooperativismo.

Essas instituições, como qualquer outro empreendimento, também se desenvolveram economicamente. Conforme Serra (2008), no caso paranaense, as cooperativas agrícolas então estruturadas como recebedoras e repassadoras de matérias primas, e cresceram no contexto do Complexo Agroindustrial, principalmente após a década de 1970, e atualmente, assumem um comportamento híbrido e contraditório ao operar, ao mesmo tempo, com associados livres, associados integrados e terceiros ao empreendimento cooperativo.

Serra (2008) entende que o cooperativismo é um sistema universal que se sustenta nos princípios da ajuda mútua e da ajuda própria e que incorpora particularidades e características de cada espaço geográfico em que é implantado, principalmente nos segmentos social e econômico.

O autor reconhece que este “Cooperativismo Capitalista”, é o mais aplicado no país e que se propagou de maneira significativa, sendo responsável pela maior parte do processamento da produção agroindustrial e ainda dos seus insumos e logística de manutenção. Vale ressaltar ainda que, inúmeros outros ramos econômicos são geridos por cooperativas dessa vertente capitalista, sendo destaque as de saúde, trabalho, produção, entre outras.

Nessas cooperativas, é notável que na realidade se fazem presente um determinado grupos de pessoas (cooperados) e uma “cúpula intocável e inacessível” (direção) que são de certa maneira os gestores da cooperativa, onde trabalham centenas e até milhares dos

chamados colaboradores (empregados) com salários e condições de trabalho iguais ou até mesmo inferiores aos praticados no mercado tradicional.

Nesse contexto, a cooperativa, que na realidade atua como uma eliminadora de atravessadores no empreendimento econômico, não apresenta nenhuma vantagem significativa em sua operacionalização, ou seja, ela continua se apropriando da “mais valia” como qualquer empresa capitalista em benefício dos seus gestores.

Logo, de acordo com Fajardo (2008), as grandes cooperativas agroindustriais brasileiras no ímpeto de competir e manter-se a altura de mercado das grandes empresas multinacionais do setor acabam por adotar estratégias semelhantes a essas. Estratégias essas dotadas de todas as ferramentas possíveis dentro da atuação capitalista.

Citando os trabalhos de Vilela (1998) e Bernardo (1998), Fajardo (2008) frisa que o Brasil sempre foi dotado de uma desorganizada estrutura agrária, fator que de certa maneira contribui para o surgimento de um cooperativismo focado no combate aos conflitos socioeconômicos das classes produtoras, no ápice da pirâmide social. Entretanto, essas mesmas cooperativas passaram a atuar como empresas capitalistas, vindo a deixar de aplicar na prática muito dos princípios cooperativistas, que deram lugar aos princípios econômicos.

Fajardo (2008) alega que a verdadeira intenção dessas cooperativas é a expansão da sua capacidade de produção e a sua competitividade no setor agroindustrial por meio de uma atuação empresarial e com investimentos milionários.

A cooperativa, inserida em uma sociedade capitalista e atuando no mercado, precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem alguma competitividade neste meio. Desta forma, a inserção no mercado projeta sobre a cooperativa uma de suas dimensões, levando-a a assumir uma aparência semelhante à empresa capitalista. (FLEURY, 1983 apud FAJARDO, 2008).

Dessa forma, Fajardo (2008) coloca em foco um grande dilema conceitual que se faz presente nesse setor, haja vista que cada vez mais esses empreendimentos cooperativistas se autoafirmam no mercado como empresas capitalistas e ainda conciliam a sua existência enquanto entidade cooperativa.

A ação desse tipo de cooperativa delimita e forma uma rede estabelecida pela relação entre os cooperados, que aos poucos além de exercerem sua influência internamente na cooperativa a qual pertencem, também passam a investir em sua região como pessoa jurídica (cooperativa), dado ao constante processo de concentração de renda oriunda com as atividades econômicas da cooperativa. Assim, a aplicação das técnicas e táticas capitalistas são cada vez

mais amplamente aplicada no meio cooperativista visando o autointeresse de uma minoria pertencente à cooperativa.

A noção capitalista que se aplica na maioria das cooperativas contemporâneas é para Cançado (2004) uma evidência do verdadeiro intento da ACI para o setor, ou seja, o foco central é o crescimento econômico do empreendimento cooperativo, com uma atuação similar as empresas mercantilistas, haja vista a clara possibilidade de contratação de mão-de-obra assalariada, além de deixar de lado a questão dos excedentes.

No entanto, outros estudiosos direcionam outro olhar para o cooperativismo. De maneira geral, essa outra face do cooperativismo pode ser formalmente entendida como uma forma jurídica representativa de determinado grupo para prestação de serviços, venda de produto ou trabalho, visando à prática social de suas habilidades e conhecimentos profissionais. Essa iniciativa visa um desenvolvimento democraticamente gerido, por meio do trabalho conjunto, a cooperação enquanto ação, a reciprocidade, o compartilhamento do poder, da decisão e a horizontalidade em todos os acontecimentos condizentes com o empreendimento (cooperativa).

Seguindo essa realidade de empreendimento, o intento central é a combinação da racionalidade econômica, por meio do aumento da produção com uso de no menor tempo e recursos possíveis. O trabalho realizado deve focar-se na equidade, onde os benefícios sociais ocorram proporcionalmente ao trabalho ou às operações dos associados em relação à cooperativa. A conceituação do empreendimento cooperativo por ser tendido como:

Uma associação de pessoas, usualmente com recursos limitados, que se dispõem a trabalhar juntas e de forma contínua, possui um ou mais interesses comuns e que, por estes motivos, formam uma organização democraticamente controlada, em que custos, riscos e benefícios são equitativamente divididos entre os membros (RIGO, 2010, apud, VERHAGEN, 1984, p. 19).

A proposta básica do cooperativismo autêntico busca através de uma releitura da ideologia cooperativista⁸, criada no século XIX, na Europa, a criação e a instalação de um modelo de organizacional de trabalhadores que atuem de maneira contrária a instituição capitalista, sendo que esta realidade teve ampla propagação após os anos 1990, uma ideologia que distingue totalmente da sua versão capitalista, ficando evidente um enorme abismo conceitual e prático que se coloca entre ambos.

⁸ Enquanto os antigos intelectuais defendiam o cooperativismo como uma doutrina social e econômica com características morais (GIDE, 1937), os atuais o defendem como noção organizativa dentro do sistema capitalista (PINHO, 1982; BELOQUE, 2000).

Tal contexto foi brevemente analisado por Valença (2011) por meio de uma comparação no Quadro 1 sobre os dois tipos de cooperativismo.

	Cooperativismo Tradicional	Cooperativismo Popular
Valores	Crescimento Econômico / Autocrático	Desenvolvimento Integral e Harmônico
Percepção	Visão Fragmentada	Visão Holística

Quadro 1: Comparação Conceitual do Cooperativismo

Fonte: Valença (2011) – Org.: De Oliveira (2013)

O cooperativismo autêntico focado no bem comum de todos os seus envolvidos é base dos estudos e pesquisa de Paul Singer. Para Anjos (2008), a importância do autor para essa vertente é tão significativa que ocorre uma convergência ideológica do mesmo com Marx quando ambos apontam para a possibilidade de superação do antagonismo existente entre o “trabalho” e o “capital”, por meio da atuação da cooperativa operária, ou seja, a constituição de elementos do modo de produção socialista que se desenvolve a partir do modo de produção capitalista.

Nessa análise, Gaiger (2008) afirma que este modelo econômico quando bem estruturado e autogerido, elimina a produção da mais-valia, finalizando o trabalho excedente que era apropriado pelo capitalista, pois ocorre uma participação ativa por parte dos proprietários-trabalhadores visando, além dos interesses individuais, os interesses coletivos.

A característica central das cooperativas populares é a democracia de gestão, que viabiliza a efetiva participação das pessoas que devem reconhecer-se enquanto indivíduos capazes de conhecer e exercer seus direitos. Direitos esses que por meio da autogestão cooperativista possibilita aos cooperados do empreendimento solidário (cooperativa) melhores oportunidades de trabalho e um melhor nível de renda, viabilizando condições mais favoráveis de inserção no mercado, fortalecendo a cidadania, a dignidade e a autoestima dos mesmos.

Esse assunto já tem o seu reconhecimento na academia. Para o portal da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o cooperativismo popular é caracterizado fundamentalmente pela situação de “exclusão vivenciada por seus cooperados, assim como a predominância de um modelo de gestão democrático e participativo, mais voltados para o bem comum do que para o lucro”.

Essa realidade ideológica faz parte dos estudos e pesquisas contemporâneas a respeito da ampliação do conceito de cooperativismo, com o aparecimento de um novo

conceito, o de cooperativismo popular e que também apresenta uma noção conceitual muito abrangente.

Empresa cooperativa (ou associação similar com outra denominação, quando relevante), pessoa jurídica, produzindo bens e/ou serviços, que visa primordialmente a incluir no espaço da atividade econômica parcelas da população até então excluídas (por desemprego estrutural, por carência de instrução e qualificação ou por falta de oportunidades econômicas resultante de subdesenvolvimento econômico local ou de reestruturação do Estado e do mercado), com sustentabilidade econômica de longo prazo, conforme os princípios de autogestão, participação e autonomia (MACIEL, p. 75, 2001).

Já para Avelar *et al* (2010), é caracterizado como um movimento formado por pessoas que pertencem a setores considerados economicamente excluídos. Logo, para eles, o cooperativismo popular possui o objetivo de mobilidade e transformação social, sendo a cooperativa uma oportunidade dos indivíduos se organizarem, terem acesso ao trabalho e de conquistarem direitos básicos. Em todos esses casos conceituais, os autores deixam claro que ocorre realmente o princípio da cooperação, com uma constante busca de transformação da realidade no combate a pobreza por meio do trabalho conjunto de seus integrantes (cooperados), onde as barreiras burocráticas e de poder de capital são superadas com essa união de forças das cooperativas populares.

Dessa forma, as iniciativas de cooperativas populares contrapondo as empresas capitalistas são nesse momento uma das maneiras mais viáveis e práticas para o enfretamento da crise do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, dado a sua característica integradora de valorização do capital social⁹, vislumbra-se novas relações dessas cooperativas com o Estado, com o mercado e com o restante da sociedade civil, considerando que elas ajudam a reforçar a importância da economia solidária e possibilita o avanço do exercício da democracia e das práticas de confiança e ajuda mútua.

No entanto, é praticamente inviável nesse momento realizar um real esgotamento teórico sobre o cooperativismo popular e suas principais características. Assim, para facilitar o seu entendimento e sua organização pode-se fazer das noções apontadas por Cançado (2004), que dimensionou um diferencial entre as cooperativas capitalistas e cooperativas populares a partir da concepção de autogestão e a dimensão política, onde ocorre a iniciativa popular e a vontade efetiva e democrática do grupo (cooperados).

⁹ Capital social refere-se a um complexo de instituições, costumes, valores e relações de confiança que conduz à cooperação entre atores sociais (OCDE).

Esse entendimento é partilhado por Singer, que define essa realidade como uma revolução política, um movimento sem a presença dos conflitos de ideais idealizados por alguns pensadores do passado. Esse processo está se constituindo por meio de uma longa transformação cultural, onde o proletariado atua como protagonista em formas de debates conceituais e de estratégias empreendedoras, ofuscando a noção de revolução social, que se refere ao processo multissecular de passagem de uma formação social para outra.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises e estudos do presente artigo tentou-se construir uma breve mensuração das principais noções e conceitos que estão envolvidos no debate teórico da economia solidária, como a questão do cooperativismo com seus distintos entendimentos (noção capitalista e popular), entre outros assuntos que estão inseridos na temática.

A base conceitual enfocada neste estudo foi a delimitação e entendimento sobre cooperativas populares, que de maneira geral atuam como verdadeiros centros de inclusão social e possibilitam uma reflexão concreta sobre a inclusão dos trabalhadores excluídos no mercado capitalista formal.

A cooperativa popular quando bem estruturada e agindo em comum acordo com seus pressupostos que norteiam o cooperativismo popular e autogestionário, possibilita aos seus cooperados uma forma de expressão pessoal e profissional autêntica, se auto-reconhecendo como trabalhador inserido e incluso no mercado de trabalho, por meio de uma identidade que se expressa com o restante do seu respectivo grupo (cooperativa popular). Uma forma de trabalho que potencializa ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o estabelecimento de acordos, parcerias, apoios e políticas públicas municipais necessárias ao sucesso do empreendimento.

Entre os inúmeros questionamentos, conflitos e contradições conceituais do cooperativismo popular, o principal e mais importante e que possibilita uma efetiva consolidação institucional desses empreendimentos é a questão da “identidade conceitual e organizacional” desta temática, ou seja, uma auto-afirmação e identificação com as experiências de cooperativas populares, tornando essa noção harmônica e igualitária entre todos os envolvidos nesse processo.

Esses embates acadêmicos sobre o funcionamento dos diferenciados tipos de cooperativismo são pertinentes pelo papel que essas experiências assumem na

contemporaneidade, que assim como nos tempos de Rochdale também está marcada pelo signo da incerteza que o capital continua a disseminar no meio social. Assim, é importante a construção de uma consciência associativa que proporcionará um reflexo mais consistente por parte dos trabalhadores que infelizmente ainda se vêem cada vez mais cercados e imobilizados por meio da alienante força do capital.

7 REFERÊNCIAS

ANJOS, Eliene G. Cooperativas de trabalho: constituição do trabalho associado ou precarização do trabalho assalariado? **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2008.

AVELAR, Kattia A. B.; MAYBUK, Sérgio L.; AVELAR, João M. B.; SOUZA, Adalberto D. Estudo Aplicado sobre a Gestão da Cooperativa Popular Vale do Rio Cantu – COOVRCAN. **V EPCT, Nupem**. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_v_epct/PDF/ciencias_sociais/02_AVELAR_MAYBUK_AVELAR_SOUZA.pdf>. Acesso em 15 maio 2013.

BIALOSKORKI, Sigismundo Neto. Estratégias e cooperativas agropecuárias: Um ensaio analítico. **Seminário de Políticas Econômicas em Cooperativismo e Agronegócio da UFV**. São Paulo: 2002.

BOESCHE Leonardo. **Fidelidade cooperativa: uma abordagem prática**. Curitiba: SESCOOP/PR, 2005. 96p.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em Cooperativas Populares: os desafios da prática**. 2004. 124 f. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Bahia, 2004.

CORAGGIO, J. L. **La gente o el capital**. Desarrollo local y economia del trabajo, Buenos Aires, 2004.

FAJARDO, Sérgio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

GAIGER, L. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

MACIEL, M.L. *Cooperativas populares em arranjos e sistemas de MPME – NT1.5*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Tradução: BRABOSA, Regis; KOTHER, Flávio R. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. V. I.

MELO, Ana Beatriz. **Novos movimentos sociais e economia solidária**: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. Dissertação de Psicologia – PUC/MG, 2007.

MENEGÁRIO, Alexandre Hattner. **Emprego de Indicadores Sócio-Econômicos na Avaliação Financeira de Cooperativas Agropecuárias**. Piracicaba. Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Economia Aplicada. 2000.

MISI, Márcia Costa. **Cooperativismo de Trabalho**: direito do trabalho e transformação social no Brasil. São Paulo: LTr, 2000.

MORAIS, Leandro Pereira. Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10, Salvador. **Anais...**Salvador, 2007. p. 1-20. 1 CD-ROM.

OCB – **Banco de dados**. Disponível em: http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp. Acesso em: 08 mar. 2013.

OCEPAR - **Banco de dados**. Disponível em: <www.ocepar.org.br>. Acesso em: 03 fev. 2012.

PARRA, Henrique Zoqui Martins. **Liberdade e necessidades**: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 2002.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. In **VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL**, Quito 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/09%20GT%20Gilvando%20S%3%A1%20Leit%20C3%A3o%20Rios.pdf>>. Acessado em 01 jun. 2013.

SCHNEIDER, J. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SINGER, Paul. (2001). Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In. P. Singer e A. R. Souza. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto.

_____. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B. S. Santos (org.), **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

_____. (2003). Economia Solidária. In A. D. Cattani (org.), **A outra economia**, Porto Alegre, Veraz Editores.

SINGER, Paul. SOUZA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000.

SENAES - **Banco de dados**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp>. Acesso em: 31 abr. 2013.

SERRA, Elpídio. Cooperativismo Empresarial e suas Contradições: O Distanciamento entre a Teoria e a Prática do Sistema. **V Encontro de Pesquisadores Latino-Americanos de Cooperativismo**. FEA-RP/USP Ribeirão Preto - SP, 2008.

THENÓRIO FILHO, Luiz Dias. **Pelos caminhos do cooperativismo**: com destino ao crédito mútuo. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, 1999.

VALENÇA, Dayse. **Cooperativas Populares**: Uma alternativa ao fim do emprego. Disponível em: http://www.asplande.org.br/coresystem/wp-content/uploads/Cooperativas_Populares.pdf. Acesso em 21 abr. 2013.

VERHAGEN, K. **Cooperation for survival**. Dordrecht, ICG Printing, 1984.

VILELA, Rafael Heliton Pereira. **Governança Corporativa em Cooperativas de Saúde: Proposição de um Modelo Diagnóstico**. Fortaleza: Dissertação Mestrado UFC, 2008.